



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Betina França Gomes de Freitas

**UM ESTUDO DA ADERÊNCIA DA ESTRUTURA CONCEITUAL DO RELATO
INTEGRADO NO BALANÇO SOCIOAMBIENTAL DO CONSELHO FEDERAL DE
CONTABILIDADE.**

Brasília – DF

2015

Professor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de
Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professora Doutora Diana Vaz de Lima
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor Marcelo Driemeyer Wilbert
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

Betina França Gomes de Freitas

UM ESTUDO DA ADERÊNCIA DA ESTRUTURA CONCEITUAL DO RELATO INTEGRADO NO BALANÇO SOCIOAMBIENTAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Contabilidade para tomada de decisão.

Grupo de Pesquisa: Contabilidade Social/Ambiental.

Orientadora: Professora Dr^a. Fátima de Souza Freire.

Brasília, DF

2015

BETINA FRANÇA GOMES DE FREITAS

**UM ESTUDO DA ADERÊNCIA DA ESTRUTURA CONCEITUAL DO RELATO
INTEGRADO NO BALANÇO SOCIOAMBIENTAL DO CONSELHO FEDERAL DE
CONTABILIDADE.**

Comissão Avaliadora:

Professora Doutora Fátima de Souza Freire
(Orientadora)

Professora Fernanda Jaqueline Lopes
(Avaliadora)

BRASÍLIA
2015

FREITAS, Betina França Gomes de.

UM ESTUDO DA ADERÊNCIA DA ESTRUTURA CONCEITUAL DO RELATO INTEGRADO NO BALANÇO SOCIOAMBIENTAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. /Betina França Gomes de Freitas; Orientação: Fátima de Souza Freire - Brasília, Universidade de Brasília, 2015, 31. p.

Orientador (a): Profa Dr^a. Fátima de Souza Freire.

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia) – Ciências Contábeis – Brasília, Universidade de Brasília, 2015.

Bibliografia.

1. Teoria da legitimidade.
2. Balanço Socioambiental.
3. Relato Integrado.
4. *Disclosure*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. A minha família, em especial a minha mãe e ao meu filho Zoio, por me apoiarem em todos os momentos, ajudando a vencer os obstáculos encontrados. Agradeço a Professora Fátima pela orientação, paciência e apoio na elaboração deste trabalho. Ao meu namorado e melhor amigo Pedro, sou grata pelo companheirismo, carinho e amor dedicados nessa jornada. A todos que direta ou indiretamente participaram da minha vida acadêmica, minha eterna gratidão.

*“Nos momentos de crise, não te abatas. Escuta.
Por nada te revoltas, nem te amedrontes. Ora.
Suporta a provação, não reclames. Aceita.
Não grites com ninguém, nem firas. Abençoa.
Lance de sofrimento, é o ensejo da fé. Silencia.
Deus sabe o instante de intervir!”*

(Chico Xavier)

UM ESTUDO DA ADERÊNCIA DA ESTRUTURA CONCEITUAL DO RELATO INTEGRADO NO BALANÇO SOCIOAMBIENTAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo estudar a aderência da estrutura conceitual do Relato Integrado (RI) proposta pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC, 2013) com o Balanço Socioambiental (BS) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A teoria da legitimidade serviu como suporte para averiguar as estratégias de comunicação com os seus *stakeholders* nos períodos de alto e baixo desempenho financeiro. Foi realizada uma análise de conteúdo nos principais *disclosures* obrigatórios e voluntários da entidade no período de 2005 a 2013. Constatou-se que o BS do CFC apresenta uma quantidade significativa de conteúdo do Relato Integrado, demonstrando aderência à estrutura proposta. No entanto, encontrou-se: a) inconsistências relativas à conectividade de informações, em que os resultados patrimoniais apurados nas demonstrações financeiras diferem dos apurados na divulgação voluntária; b) incoerência entre o nível de satisfação dos funcionários e as provisões de riscos trabalhistas. Constatou-se que as informações do balanço socioambiental são voltadas principalmente para técnicos e contadores, dando destaques a este *stakeholder* em períodos com resultados financeiros menos satisfatórios.

Palavras chave: Teoria da Legitimidade. Balanço Socioambiental. Relato Integrado. *Disclosure*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Teoria da Legitimidade e Teoria do Stakeholder.....	12
2.2 Relato Integrado.....	13
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
3.1 Estudo de caso: Conselho Federal de Contabilidade.....	16
3.2 Aspectos Metodológicos.....	17
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	19
4.1 Análise do Balanço Socioambiental do CFC	19
4.2 A estrutura do Relato Integrado aplicada ao Balanço Socioambiental do CFC.....	22
5 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS.....	27
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	29

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 70 as demandas da sociedade começaram a mudar; além de produtos e serviços de qualidade, passou a ser exigida responsabilidade social e ambiental por parte das empresas. Aumentou a necessidade da clássica divulgação de informações financeiras vir acompanhada de informações de cunho social e ambiental. A sociedade passou a exigir a divulgação de *disclosures* voluntários que evidenciassem a interação e o equilíbrio entre fatores econômicos, sociais e ambientais.

Com os novos padrões de divulgação exigidos, as empresas passaram a evidenciar suas ações de cunho socioambiental como forma de legitimação. Logo, sugeriram diversas propostas de *disclosures* socioambientais, normas e certificações no mundo. O balanço social foi instituído em 1975 na França, representando uma grande inovação em termos de divulgação voluntária ao unir em um mesmo relatório informações financeiras e sociais. No ano de 1985 ele foi instituído também em Portugal, aparecendo no Brasil somente em 1997. Certificações como a AccountAbility AA 1000 no Reino Unido e a ISO 26000 na Suécia também foram marcantes nesse período de evolução nos *disclosures* voluntários (FREIRE; SILVA, 2001; LOUETTE, 2008).

Contudo, observou-se a necessidade da padronização dos relatórios de sustentabilidade para obter uma melhor análise e comparabilidade das informações. Conseqüentemente, em 1997 foi fundado nos Estados Unidos o *Global Reporting Initiative* (GRI), com o intuito de auxiliar as entidades na elaboração dos *disclosures* voluntários, estabelecendo padrões globais para relatórios de sustentabilidade.

O GRI trouxe grandes avanços em termos de informações de sustentabilidade, porém, aquelas contidas nos relatórios eram, em sua maioria, divulgadas de maneira numerosa, desconexa e estática. Segundo Lozano e Huisinigh (2011, apud ABREU, *et al.*, 2015), o modelo GRI é uma das melhores estruturas disponíveis de *disclosure* voluntário, mas apresenta falhas ao divulgar diferentes documentos com desconexão espacial e temporal, pois não se divulga as prospecções ao longo do tempo.

Para mitigar as inconsistências, o Relato Integrado foi criado pelo IIRC (*International Integrated Reporting Council*) por meio de uma coalizão global entre reguladores, investidores, empresas, reguladores, profissionais do setor contábil e ONGs (IIRC, 2013). Ele visa melhorar a qualidade das informações contidas nos relatórios dando ênfase à conectividade de informações, relevância estratégica, concisão e orientação para o futuro. A estrutura conceitual

para o relato integrado – *The International IR Framework* - foi divulgada oficialmente pelo IIRC em 2013, apresentando conceitos fundamentais, princípios básicos e elementos de conteúdo a serem seguidos.

Em decorrência da notoriedade e relevância, tanto no contexto nacional como internacional, buscou-se realizar um estudo de caso sobre a qualidade dos relatórios corporativos do CFC. Desde 2005, ele publica o balanço socioambiental, atendendo as expectativas dos usuários por mais informações acerca da responsabilidade social corporativa. Como a organização é considerada o órgão máximo da profissão contábil brasileira, busca através do *disclosure* voluntário abrir precedentes para que as demais entidades públicas e privadas adotem o mesmo tipo de comportamento.

O objetivo geral deste trabalho é verificar a existência de aderência do balanço socioambiental do CFC com a estrutura conceitual proposta pelo IIRC, observando principalmente a integração das informações nos relatórios obrigatórios e voluntários e a relação da entidade com os seus *stakeholders* no período de 2005 a 2013. Nesse sentido foi levantada a seguinte problemática: os princípios básicos, elementos de conteúdo e a estrutura dos capitais propostos pelo IIRC no Relato Integrado estão presentes em sua totalidade no Balanço Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade?

As informações constantes nos relatórios, tais como balanços socioambientais, demonstrações contábeis, notas explicativas e relatórios de gestão publicados serviram de base para a análise comparativa com a proposta conceitual do IIRC referente ao Relato Integrado.

O trabalho está dividido em cinco seções. Após esta introdução, é apresentado o referencial teórico em que é exposto a teoria da legitimidade, a teoria do *stakeholder* e a base conceitual do relato integrado. Na terceira seção é realizada uma explanação sobre o estudo de caso e os aspectos metodológicos. Na quarta seção, são apresentadas as análises dos resultados. Por fim, na quinta seção, é abordada a conclusão e as perspectivas do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da legitimidade e teoria do *stakeholder*

A partir do surgimento de movimentos sociais em países como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, a cobrança da sociedade por informações de cunho social e ambiental por parte das empresas aumentou. Um marco nessa nova demanda foi durante o governo Nixon nos Estados Unidos, em que a população promoveu boicote às empresas que estavam envolvidas com o conflito armado na guerra do Vietnã. Dessa forma, as organizações passaram a evidenciar informações socioambientais junto com as divulgações financeiras para se legitimar perante os seus grupos de interesse (DE LUCA, 1998). O *disclosure* obrigatório, contendo informações apenas de caráter financeiro, passou então a ser insuficiente para a tomada de decisão.

Segundo Czesnat e Machado (2012), as entidades obtêm legitimação da sociedade na medida em que os valores e crenças por elas praticados se alinham aos que a sociedade entende como adequados. As organizações têm uma preocupação especial com os grupos de interesse chamados *stakeholders*. De acordo com a definição de Freeman (1984), *stakeholder* é o indivíduo ou grupo capaz de afetar ou ser afetado pelas ações realizadas por uma empresa. Clarkson (1995) afirma que o sucesso e longevidade de uma empresa se relaciona com a habilidade dos gestores em criar valor e satisfazer os seus *stakeholders*. Nesse sentido, as entidades estão sempre buscando alinhar a sua estratégia e atuação para poder proporcionar uma maior percepção de valor pela sociedade.

A teoria da legitimidade deriva da ideia de que as organizações procuram estabelecer congruência entre as suas atividades e as expectativas da sociedade, fazendo com que elas se legitimem a medida em que conseguem atender aos padrões de comportamento exigidos no meio em que atuam (DIAS FILHO, 2012). A legitimidade pode ser entendida como uma avaliação coletiva que os *stakeholders* fazem da organização. Um bom modelo de avaliação do grau de legitimidade da empresa deve levá-los em consideração, uma vez que eles são capazes de afetar significativamente a continuidade da organização (HIBELYS, 1995).

Na teoria da legitimidade existe a ideia de um contrato social. Ele é estabelecido entre a sociedade e as empresas, no qual a sociedade dá condições para que as entidades existam e em troca esperam que elas atendam às suas expectativas (BRANCO; RODRIGUES, 2006). De acordo com Eugênio (2010), a relação entre legitimidade e o conceito de contrato social é

visível, de forma que a sobrevivência das entidades está ameaçada caso a sociedade perceba que esse contrato foi quebrado.

As políticas de evidenciação corporativa se tornaram um forte mecanismo de legitimação, com elas as empresas dão uma maior base e exercem influência sobre os seus investidores na tomada de decisão. Dessa forma, as organizações tendem a ampliar seus *disclosures*, indo além das exigências legais (DIAS FILHO, 2012). Segundo Eugênio (2010), uma forma de se legitimar é através da divulgação de dados sociais e ambientais, com a finalidade de informar sobre as ações de proteção ambiental e apoio à sociedade.

Lindblom (1994) identifica quatro tipos de ações tomadas pelas empresas para obter ou manter a sua legitimidade: i) educar e informar o público acerca das alterações recentes no seu desempenho e/ou atividades; ii) alterar as percepções do público em relação à empresa; iii) manipular as percepções, desviando a atenção de determinado problema para outras questões relacionadas; iv) alterar as expectativas do exterior quanto ao seu desempenho.

2.2 Relato Integrado

De acordo com um estudo divulgado pela Ernst & Young (2014), o processo de divulgação de informações evoluiu acompanhando as expectativas de investidores por mais transparência. Contudo, pesquisas indicam que o processo ainda é falho uma vez que a estratégia, riscos e desempenho futuro ainda são evidenciados de forma incompleta. Foi constatado no estudo que as informações financeiras e não financeiras são divulgadas de diferentes maneiras, dificultando a comparabilidade entre as organizações.

Buscando sanar tais falhas, o *The Prince's Accounting for Sustainability Project* (A4S) em conjunto com o *Global Reporting Initiative* (GRI) criou em 2010 o IIRC com o intuito de elaborar uma estrutura de relatório capaz de integrar as informações das diversas divulgações corporativas. Em 2013 foi então divulgada a estrutura conceitual do Relato Integrado, com o intuito de explicar aos *stakeholders* e à sociedade em geral como uma organização gera valor ao longo do tempo (IIRC, 2013).

A estrutura não determina indicadores de desempenho, métodos de mensuração e divulgação de assuntos específicos, uma vez que não tem o propósito de ser um novo relatório e sim gerar a integração e alinhamento de informações entre os relatórios já existentes. Um Relato Integrado não é um resumo de informações que constam em outras comunicações, ele explicita a conectividade de informações para evidenciar como é criado valor dentro da organização (IIRC, 2013). Carvalho e Kassai (2014) abordam esse ponto ao afirmarem que o

RI busca a harmonização das informações com o aprimoramento e convergência dos processos de gestão e comunicação corporativa, não podendo ser visto como uma simples junção dos relatórios.

No documento proposto pelo IIRC (2013), são apresentados os princípios básicos, os elementos de conteúdo e os capitais nos quais devem se basear o RI. Os princípios básicos são: foco estratégico e orientação para o futuro; conectividade de informação; relações com as partes interessadas; materialidade; concisão; confiabilidade e completude; e, coerência e comparabilidade. Os princípios sustentam a base para a preparação do relato integrado, se mostrando fundamentais para guiar o conteúdo do mesmo.

Em relação aos elementos de conteúdo, são apresentados oito elementos que estão vinculados uns aos outros e não são mutuamente excludentes, sendo eles: visão geral organizacional e ambiente externo; governança; modelo de negócios; riscos e oportunidades; estratégia e alocação de recursos; perspectiva; e, base para apresentação (IIRC, 2013).

Dentro da estrutura conceitual também são identificados seis tipos de capitais presentes na organização, classificados em: financeiro; manufaturado; intelectual; humano; social e de relacionamento; e, natural.

O Capital Financeiro é entendido como os recursos disponíveis para a organização utilizar nas suas atividades fins. Tem-se por Capital Manufaturado os bens e objetos físicos a disposição da organização para uso na produção de bens ou prestação de serviços, tais como prédios e equipamentos. O Capital Intelectual trata dos intangíveis organizacionais baseados em conhecimento e dos capitais organizacionais. Já o Capital Humano diz respeito às competências, habilidades e experiências das pessoas e suas motivações para inovar; incluindo seu apoio e alinhamento à estrutura de governança e valores éticos da empresa. O Capital Social e de Relacionamento, por sua vez, abrange os padrões e comportamentos compartilhados, o relacionamento com as principais partes interessadas, a imagem desenvolvida pela organização, bem como o envolvimento com projetos sociais e culturais. Por fim, o Capital Natural é entendido como todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente ou futura de uma entidade (IIRC, 2013).

A análise dos capitais permite que os gestores levem em consideração não só as informações de caráter financeiro, mas também as relacionadas aos ativos intangíveis que criam valor para a organização (CARVALHO; KASSAI, 2014). Segundo a Ernst & Young (2014), o RI visa rastrear a forma como os capitais são utilizados, de que maneira se relacionam e como são feitas as compensações pela entidade. Por meio da evidenciação da estratégia e do modelo

de negócios é possível articular como os capitais serão convertidos em criação de valor para a empresa. É através da evidenciação dos capitais, portanto, que a organização informa como tem sido as interações com o ambiente externo e o relacionamento com os *stakeholders*, podendo gerar externalidades tanto positivas quanto negativas (KIN *et al*, 2015).

Vale ressaltar que, nem todos os capitais têm a mesma aplicabilidade e relevância para as empresas. Dependendo do ramo de atuação, algumas organizações apresentam capitais com interações que não alteram significativamente a criação de valor para serem incluídos no relatório (IIRC, 2013).

Dessa forma, é possível constatar que a ideia central do RI gira em torno da criação de valor ao longo do tempo em uma organização. Ele visa explicar os recursos e os relacionamentos com os grupos de interesse afetados por uma entidade (IIRC, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Estudo de caso: Conselho Federal de Contabilidade

Antes da apresentação dos aspectos metodológicos, será apresentada uma breve contextualização acerca da história do CFC e a sua relação com a evidenciação dos *disclosures* voluntários. O Conselho Federal de Contabilidade foi criado em 1946 pelo decreto Lei nº 9.295. Trata-se de uma Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público, sem vínculo com a Administração Pública Federal. Ele é integrado por um representante de cada Estado e mais o Distrito Federal, totalizando 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes, de acordo com a lei nº 11.160/05.

Ele é o órgão máximo da profissão contábil brasileira, tendo por finalidade orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, cada um em sua base jurisdicional, nos Estados e no Distrito Federal. Também é responsável por decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais, além de regular acerca dos princípios contábeis, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

No ano de 2005 o Conselho divulgou o seu primeiro Balanço Social, um demonstrativo de gestão que visa registrar de forma transparente o grau de comprometimento que a organização tem com a sociedade e o meio ambiente. O Balanço Social é um *disclosure* voluntário que tem por objetivo prestar relevante contribuição à sociedade e estimular a prática de evidenciação pelas organizações públicas e privadas do país (BS CFC, 2005).

Em 2007, o Balanço Social sofreu uma reformulação e migrou para o Balanço Socioambiental, aumentando as práticas sociais e implementando as ambientais. A intenção foi enfatizar a continuidade dos projetos de impacto profissional, social e ambiental, assim como promover ações de divulgação, capacitação e treinamento para a adoção do Balanço Socioambiental (BS CFC, 2007).

A escolha do CFC foi feita em decorrência da sua relevância no cenário nacional e internacional contábil, em que exerce grande influência e é visto como um modelo para as demais organizações. O período analisado foi escolhido em função da primeira divulgação do Balanço Socioambiental ter sido em 2005 e a sua divulgação mais recente em 2013.

3.2 Aspectos metodológicos

Foi realizado um estudo de caso sobre a aderência da estrutura conceitual do RI no Balanço Socioambiental do CFC, analisando sob as perspectivas dos princípios básicos, elementos de conteúdo e estruturas dos capitais propostos pelo IIRC. Utiliza-se como procedimento técnico a análise dos relatórios disponibilizados no sítio da empresa no período de 2005 a 2013.

A pesquisa se caracteriza como documental, buscando-se descrever e comparar fatos através da análise de relatórios e documentos oficiais publicados pelo Conselho. Apresenta-se também como bibliográfica, usando como fonte estudos já publicados sobre determinado assunto. Foi utilizada a análise de conteúdo como técnica de pesquisa, objetivando compreender de forma crítica o sentido das comunicações, o seu conteúdo e os significados explícitos ou ocultos.

Na primeira parte do estudo é realizada a análise do Balanço Socioambiental sob o enfoque dos *stakeholders*. Foi analisada a destinação das informações socioambientais para os principais grupos de interesse da organização, verificando a quantidade de páginas dedicadas para cada um na demonstração. Estudos acadêmicos feitos por pesquisadores sobre divulgações voluntárias já utilizaram a técnica de contagem de páginas, tais como os realizados por Gray, Owen e Adms (2010) e por Beck, Campbell, Shrives (2010).

Os principais *stakeholders* da organização foram classificados em: funcionários; CRC's; contadores e técnicos; imprensa; outros; comunidade; e, conselheiros. Os funcionários são os colaboradores do CFC, composto por funcionários efetivos, prestadores de serviço, estagiários e conselheiros. Os CRC's são os Conselhos Regionais de Contabilidade do país. Os contadores e técnicos são os profissionais que atuam na esfera contábil. A imprensa é onde se encontram informações que divulgam o trabalho do CFC por meio de veículos de comunicação oficiais tais como sites, jornais e revistas. No grupo de interesse classificado como "outros" estão dados voltados para a sociedade como um todo, como a visão geral da organização, organograma, relacionamento com demais entidades, diretrizes, demonstrações financeiras e sociais e os projetos socioambientais realizados. A comunidade é onde se encontra informações sobre ações que beneficiam a comunidade na qual a organização está inserida, como visitas escolares, eventos, campanhas e doações. Os conselheiros são os conselheiros efetivos e suplentes que representam a entidade.

Em um segundo momento, foram utilizados os resultados financeiros dos períodos analisados, tendo como base as demonstrações financeiras e os relatórios de gestão publicados.

Buscou-se estudar a possível relação da variação na quantidade de evidenciação voluntária com os resultados financeiros obtidos em cada período.

Por meio do estudo do Balanço Socioambiental, relatório de gestão e das demonstrações financeiras, fez-se uma análise de forma qualitativa sobre a aderência dos *disclosures* divulgados pela entidade com a estrutura proposta para elaboração do RI pelo IIRC. A estrutura conceitual do Relato foi estudada sob três perspectivas: a adequação com os princípios básicos, com os elementos de conteúdo e com a evidenciação dos capitais.

Na última parte do trabalho, os *disclosures* obrigatórios e voluntários do Conselho foram utilizados como base para averiguar a existência de divergências nos resultados dos exercícios sociais entre as comunicações evidenciadas. Foi estudado o que motivou tais inconsistências e como esse fato impactou a credibilidade dos relatórios.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Análise do Balanço Socioambiental do CFC

Na figura abaixo, há informações sobre os dados socioambientais do CFC destinados aos seus principais *stakeholders*. É possível observar que a maior concentração de informações, por meio do número de páginas escritas no relatório de sustentabilidade, foi voltada para os técnicos e contadores, referente ao período de 2005 a 2013. Em seguida, os funcionários e o grupo classificado como “outros” tiveram uma maior atenção do Conselho. Constatou-se ainda que só em 2011 uma seção específica foi dedicada aos conselheiros, pois em anos anteriores, estes eram somente mencionados no relatório de sustentabilidade.

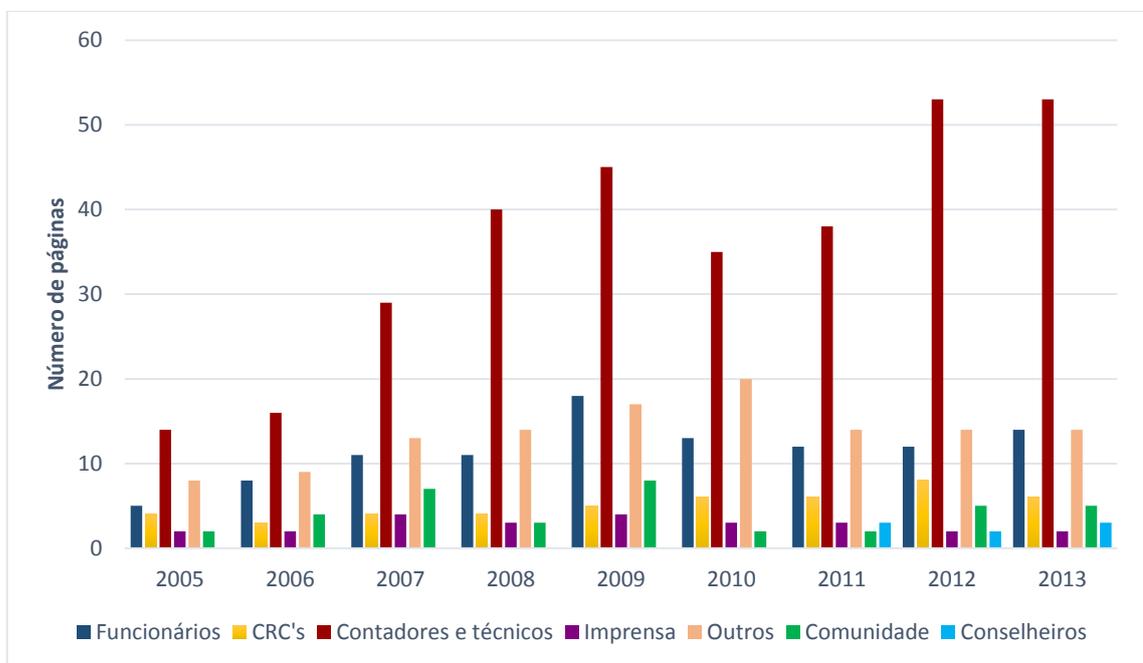


Figura 1 Destinação de informações socioambientais do CFC para os seus *stakeholders*.

Fonte: Adaptação dos dados do BS do CFC.

No ano de 2005, foi elaborado o primeiro Balanço Social do CFC. Nele são apresentadas informações de forma concisa voltadas para o público interno e externo, fornecendo indicadores sobre o curso das ações tomadas e mostrando com visibilidade e transparência aos públicos da instituição os resultados alcançados com a aplicação de recursos. Neste período, foi destaque o investimento realizado pelo CFC na reforma e modernização de 8 Conselhos Regionais de Contabilidade.

Em relação ao Balanço Social de 2006, as informações socioambientais foram dedicadas, em sua maioria, a contadores e técnicos. Os funcionários foram o segundo grupo de *stakeholders* a ter uma maior atenção pelo CFC no período, observando que houve uma

ampliação do corpo de funcional e um conseqüente aumento das despesas com pessoal. Embora tenha ocorrido um aumento no número de informações referente à comunidade, a despesa com benefícios sociais divulgada diminuiu em relação ao ano anterior em aproximadamente 32%. Isso se deu principalmente ao fato de as despesas com educação continuada terem sido reduzidas substancialmente.

No ano de 2007, observa-se um aumento na quantidade de informações para os *stakeholders* em geral, principalmente para os técnicos e contadores. Neste ano, a quantidade de informações para a comunidade também obteve destaque. Foi implementado o Projeto Socioambiental visando a adequação da internet do CFC aos portadores de necessidades especiais e também outras ações de inclusão social e o benchmarking de ações socioambientais.

Nos anos de 2008 e 2009, observa-se um grande aumento no número de páginas divulgadas no *disclosure* voluntário para contadores e técnicos, apresentando um crescimento acumulado de 50,43% em relação a 2007. Observa-se que no ano de 2009, ocorre uma ampliação da divulgação voluntária para os grupos de interesse como um todo em relação ao exercício de 2008.

Em 2010 houve uma redução de aproximadamente 22% nas informações divulgadas no *disclosure* voluntário para técnicos e contadores. Neste período, os dados voltados para funcionários e comunidade também diminuíram. Em contrapartida, as informações dedicadas à sociedade em geral, classificada em “outros”, aumentou.

No ano de 2011, ocorre um pequeno aumento na quantidade de páginas voltadas para contadores e técnicos. As informações destinadas ao grupo classificado como “outros” reduziu. Nesse ano passou a ser evidenciado de forma destacada informações voltadas para os conselheiros do CFC, ressaltando a importância dos mesmos para a autarquia.

Nos anos de 2012 e 2013 há um grande aumento de informações apresentadas para os técnicos e contadores, de cerca de 39,47% em relação a 2011. Foi dado destaque aos investimentos em eventos e seminários destinados à classe contábil. As informações para os demais *stakeholders* permaneceram inalteradas nesses dois anos, exceto pelo CRC's e pelos Conselheiros que apresentaram uma pequena alteração.

Na Figura 2, são demonstrados os resultados patrimoniais dos exercícios sociais analisados, tendo como base as demonstrações financeiras publicadas nos respectivos períodos.

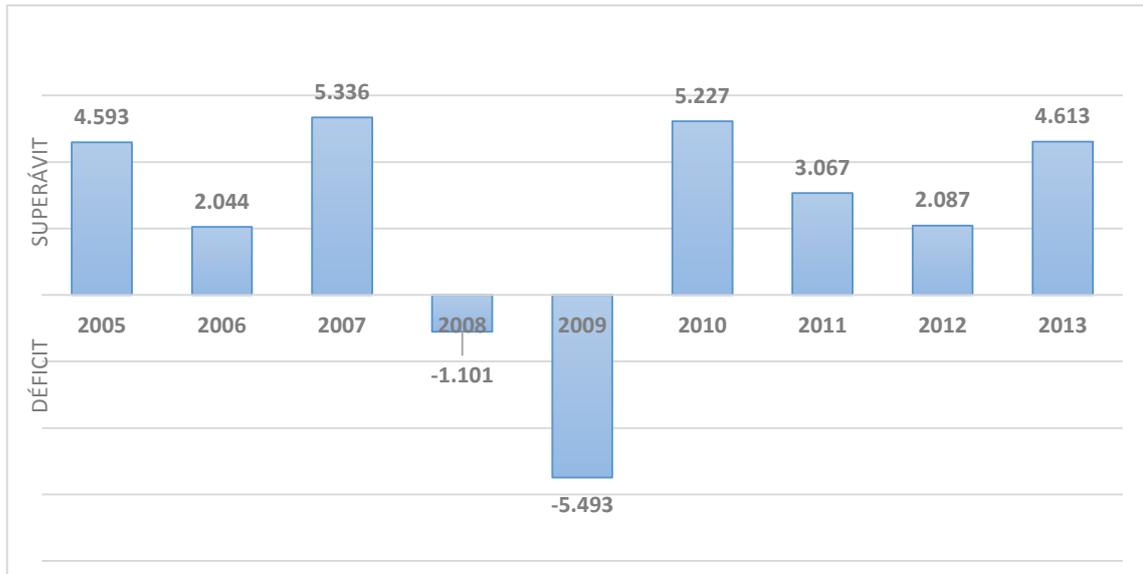


Figura 2 - Resultado do exercício do CFC de 2005 a 2013.

Fonte: Adaptação de dados a partir das Demonstrações Contábeis do CFC.

Observando as informações obtidas na Figura 1 em conjunto com a Figura 2, nota-se que, no ano de 2006 houve uma redução de 55,50% no superávit patrimonial em relação ao ano anterior. Nota-se que, nesse período ocorreu um leve aumento de informações destinadas à contadores e técnicos, comunidade e funcionários.

Já no ano de 2007, em resposta à diminuição do superávit do ano anterior, o CFC reformulou os processos na área estrutural com a finalidade de melhorar os serviços, a agilidade e reduzir custos. Com essa mudança, houve um crescimento expressivo de cerca de 161,04% no resultado patrimonial comparado ao exercício passado. Nesse período, uma maior quantidade de informações foi evidenciada no *disclosure* voluntário, com destaque para técnicos e contadores, que apresentou um aumento de 81,25% em relação ao ano anterior.

Nos anos de 2008 e 2009, o CFC registrou déficit patrimonial de R\$ 1.101.085,84 milhão e de R\$ 5.493.758,69 milhões, respectivamente. O déficit se deu em virtude do aumento de investimentos em educação continuada, principalmente os aplicados em cursos e eventos destinados à classe contábil. Em 2009, ocorreu um aumento de 29,16% na divulgação de informações aos *stakeholders*, em comparação ao ano de 2007.

Em 2010, houve um superávit do exercício de R\$ 5.227.756,69 milhões, impulsionado principalmente pelo crescimento do número de registros no CFC. É possível notar uma diminuição dos dados apresentados para os técnicos e contadores.

No ano de 2011 houve novamente uma redução no resultado patrimonial do exercício em 58,68 % comparado ao ano anterior. Em 2012 houve um discreto aumento no resultado de 1,76 %. Como justificativa para a redução do superávit no primeiro ano, foi atribuído o aumento

expressivo do investimento em educação continuada; o baixo crescimento em 2012 foi justificado através do crescimento das despesas operacionais e de benefícios sociais à comunidade. Observa-se que, em 2012 foi percebido um aumento de dados no Balanço Socioambiental como um todo, com destaque para os destinados aos técnicos e contadores, apresentando um crescimento de 39,47% em relação a 2011.

No Balanço Socioambiental de 2013, ocorreu um crescimento considerável no resultado patrimonial, de aproximadamente 47,73%. Observa-se que a quantidade de informações destinadas aos *stakeholders* no Balanço Socioambiental permanece praticamente inalterada neste período.

É possível constatar a existência de uma maior necessidade de legitimação perante os *stakeholders* quando são apurados resultados menos satisfatórios nos exercícios. Observa-se um aumento na divulgação do *disclosure* voluntário nos períodos em que ocorre redução ou déficit do resultado e nos períodos imediatamente posteriores a esses resultados. É válido ressaltar que embora a finalidade do CFC não seja a obtenção do superávit, ele é importante para assegurar a manutenção das atividades, garantir a sustentabilidade financeira e fortalecer o patrimônio social (Balanço Socioambiental, 2010).

A análise vai de acordo com as ações identificadas por Lindblom (1994) por meio das quais as organizações obtêm e mantêm a sua legitimidade. É possível notar que as ações de alterar as percepções do público em relação à empresa e manipular as percepções, desviando a atenção de determinado problema para outras questões foram utilizadas. Essa constatação se dá em razão do aumento da evidenciação voluntária para os *stakeholders* nos períodos de baixo desempenho da organização.

4.2 A estrutura do Relato Integrado aplicada ao Balanço Socioambiental do CFC

Sob a perspectiva dos princípios básicos, o Conselho aborda a maioria em conformidade com a estrutura conceitual proposta pelo IIRC. Em relação ao foco estratégico e orientação para o futuro, é evidenciado nos relatórios os diversos programas, atividades, ações e metas a serem alcançados, bem como os objetivos e o conjunto de ações específicas desenvolvidas para alcançar os resultados pretendidos.

É possível notar que, nos relatórios divulgados pela organização, busca-se estabelecer uma boa comunicação com os *stakeholders*, atendendo ao princípio das relações com as partes interessadas. O Balanço Socioambiental por si só é um grande avanço na transparência, prestação de contas e na aproximação com a sociedade.

Em relação à concisão, os *disclosures* estão estruturados de forma sucinta e clara, facilitando a compreensão do seu conteúdo. No tocante a materialidade, é preciso fazer uma pequena ressalva. Nota-se que, entre os períodos de 2005 a 2007, o resultado patrimonial apurado no exercício era evidenciado logo nos primeiros capítulos do Balanço Socioambiental, na seção intitulada “Gestão Institucional”. Contudo, a partir do ano de 2008, em que ocorreu um déficit patrimonial, o resultado do exercício passou a ser divulgado somente no final do relatório, de forma discreta. Em seu lugar, passou a ser evidenciado na primeira parte do BS a evolução do patrimônio social do Conselho ao longo dos anos. Para atender ao princípio da materialidade, é necessário que os relatórios corporativos apresentem claramente as informações relevantes, tanto positivas quanto negativas. Nesse caso, percebe-se o uso da estratégia citada por Lindblom (1994) para manter a legitimidade, na qual se desvia a atenção de determinado problema na organização para outras questões relacionadas.

No que concerne ao princípio da coerência e comparabilidade, as notas explicativas evidenciam as mudanças significativas ocorridas, bem como a adoção de novos critérios contábeis que exercem influência sobre o resultado. São divulgados diversos indicadores financeiros e de gestão, de forma a proporcionar a comparabilidade com outras organizações.

Em relação aos princípios da conectividade de informação e confiabilidade e completude, é preciso fazer algumas ressalvas. Observa-se algumas inconsistências entre os relatórios divulgados pela organização no período estudado.

Com exceção dos exercícios de 2011 e 2013, o resultado patrimonial do exercício apurado no BS diverge do apresentado nas demonstrações financeiras (DF) e nos relatórios de gestão (RG). No quadro 1 é possível visualizar as divergências relatadas.

Quadro 1- Resultado patrimonial do CFC apurado nos *disclosures* de 2005 a 2013.

Resultado Patrimonial do Exercício – em milhões R\$									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BS	4.941	2.155	4.739	(1.706)	(7.238)	5.798	3.067	2.087	4.613
DF	4.593	2.044	5.336	(1.101)	(5.493)	5.227	3.067	3.122	4.613
RG	-	-	-	-	(5.493)	5.227	3.067	3.122	4.613

Fonte: Adaptação de dados a partir dos *disclosures* divulgados pelo CFC.

Nota-se que, em 2005, 2006 e 2010 foram evidenciados no BS resultados patrimoniais superiores aos apresentados nas demonstrações financeiras e no relatório de gestão do Conselho. Nos anos de 2007 a 2009 e em 2012 o valor divulgado no BS é inferior ao

apresentado nos *disclosures* obrigatórios. É válido destacar que, não foram apresentadas notas explicativas para justificar a desconexão de informações constatadas nos relatórios analisados. Por meio do Portal de Transparência no sítio do CFC, foi questionado o motivo de tais divergências nos resultados, foi respondido que o resultado apresentado no BS se refere ao resultado orçamentário e o presente nos *disclosures* obrigatórios se referem ao resultado patrimonial. Contudo, observou-se que os resultados orçamentários apurados nos períodos estudados também não são os mesmos apresentados no BS, permanecendo a divergência nos valores apresentados.

Outra inconsistência é encontrada no ano de 2010, em que o Balanço Socioambiental do período evidencia um déficit patrimonial de R\$ 4.505.977,00 milhões referente ao exercício de 2009, entrando novamente em conflito com as informações divulgadas anteriormente. Da mesma forma, não foi divulgada nota explicativa para esclarecer a divergência.

O Balanço Socioambiental e o relatório de gestão referente ao período de 2013 apresentam um grau de satisfação dos funcionários de 70,24% com questões relacionadas à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo CFC em prol do corpo funcional. Observa-se, contudo, que o relatório de gestão e as demonstrações financeiras do ano em questão apontam um aumento expressivo na provisão para riscos trabalhistas de cerca de 104,25% em relação a 2012.

Analisando os *disclosures* divulgados pelo Conselho, sob a ótica dos princípios básicos da conectividade de informação e da confiabilidade e completude, é possível observar uma certa desconexão de informações entre os relatórios no que diz respeito aos resultados patrimoniais, não dando maiores explicações a respeito das divergências de valores apresentadas. No Balanço Socioambiental é dedicada uma sessão exclusiva para os programas e benefícios destinados aos funcionários. Contudo, não é feita uma conciliação entre o grau de satisfação dos mesmos com a provisão de riscos trabalhistas evidenciada nos *disclosures* obrigatórios.

Em relação aos elementos de conteúdo do Relato Integrado, o CFC aborda a todos os critérios em razão da semelhança com as informações recomendadas pelo GRI para elaboração dos relatórios de sustentabilidade. É possível identificar claramente no BS a visão geral organizacional e ambiente externo através da apresentação dos valores, missão, diretrizes e visão. É apresentado também o mapa estratégico, estrutura de liderança, as principais atividades e as informações quantitativas mais relevantes como o número de funcionários, os resultados e as mudanças significativas que ocorreram ao longo do tempo. Dessa forma, atende aos demais elementos de conteúdo como governança, modelo de negócios, estratégia, alocação de recursos, riscos, perspectivas e base para apresentação.

Sob a ótica dos capitais, ao analisar os Balanços Socioambientais de 2005 a 2013, foi possível chegar às seguintes conclusões:

Analisando o capital financeiro, o CFC evidencia os seus recursos disponíveis e o seu desempenho econômico-financeiro nas evidenciações voluntárias analisadas, descrevendo os investimentos realizados e resultados obtidos.

É possível identificar a evidenciação do Capital Manufaturado, mesmo não apresentando a mesma nomenclatura proposta pelo IIRC. A estrutura física é descrita de forma detalhada, apresentando dados sobre a sede do CFC, bem como os investimentos em infraestrutura nos conselhos regionais. Os investimentos em equipamentos, tais como o investimento no parque de informática e a compra de mobília é destacada.

Em relação ao Capital Intelectual, como é uma entidade responsável por normatizar, registrar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, encontra-se presente na estrutura do BS a descrição dos elevados capitais organizacionais, que são os que dizem respeito ao conhecimento tácito, sistemas, procedimentos e protocolos.

O BS apresenta o Capital Humano de forma destacada. É apresentada na seção “Gestão de Pessoas” informações que abrangem a quantidade do corpo funcional, equidade de gênero, planos de carreira, nível de escolaridade e a movimentação funcional. É dada ênfase aos altos investimentos em educação continuada e treinamento, como os programas voltados para gestão avançada para líderes e o incentivo à capacitação dos colaboradores. Na seção intitulada “Balanço Socioambiental em dados” é apresentada uma pesquisa de satisfação e insatisfação dos funcionários e dos Conselhos Regionais de Contabilidade que avaliam aspectos de espaço e conforto físico, comunicação interna, satisfação funcional, relacionamento e atividades sociais.

Em relação ao Capital Social e de Relacionamento, a autarquia exerce influência significativa, possuindo reconhecimento nacional e internacional. Mantém padrões de ética e transparência, divulgando seus resultados no Portal de Transparência do Governo Federal e implementando as boas práticas de governança corporativa. É evidenciado no Balanço Socioambiental as diversas parcerias estratégicas com mais de 60 instituições nacionais e internacionais. Observa-se nesse contexto, a preocupação com a divulgação de informações voltadas para os *stakeholders* da entidade. É relatado também o apoio a projetos sociais e de inclusão, como o convênio firmado para inclusão social e digital de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Já em relação ao Capital Natural, o *disclosure* voluntário do CFC dedica uma seção intitulada “Gestão Socioambiental” para tratar das metas organizacionais estabelecidas em

compromisso com a sociedade, esclarecendo a compatibilidade com a política de desenvolvimento sustentável e preservação dos recursos ambientais.

Apesar de apresentar nomenclaturas diferentes, pode-se observar um alinhamento da estrutura dos capitais recomendada pelo IIRC com as informações evidenciadas no Balanço Socioambiental do CFC nos períodos analisados. Dessa forma foi possível identificar como os capitais interagem na organização, mostrando alinhamento com a noção de criação de valor no curto, médio e longo prazo.

5 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O presente estudo de caso teve como objetivo observar a aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC para o Relato Integrado no Balanço Socioambiental divulgado pelo CFC, no período de 2005 a 2013. Foi explorada principalmente a capacidade de integração das informações entre os relatórios e o relacionamento da organização com os seus grupos de interesse.

Em relação ao relacionamento com os *stakeholders*, constatou-se que a organização evidencia, por meio do Balanço Socioambiental, uma maior quantidade de informações para os seus grupos de interesse em períodos que são apurados baixos resultados financeiros e nos períodos imediatamente posteriores a esses resultados. Buscando, dessa forma, manter sua legitimidade perante os *stakeholders*.

No que concerne a integração de informações entre as divulgações do Conselho, foram apuradas algumas inconsistências em relação aos princípios da materialidade, conectividade de informações e confiabilidade e completude propostos na estrutura do RI. As inconsistências se encontram principalmente nos resultados patrimoniais divulgados, demonstrando uma falta de alinhamento entre os *disclosures* voluntários e os obrigatórios. Paralelamente, observa-se que a partir de 2008, quando começaram a surgir resultados menos satisfatórios, o resultado patrimonial deixou de ser divulgado com destaque no Balanço Socioambiental. A pesquisa de satisfação dos funcionários realizada pela organização, por sua vez, entrou em contradição com o aumento expressivo da provisão de riscos trabalhistas apurado nas demonstrações financeiras.

Apesar da falta de alinhamento encontrada em alguns aspectos dos relatórios analisados, os Balanços Socioambientais divulgados pelo CFC apresentam uma quantidade significativa do conteúdo recomendado pelo IIRC para a adoção do RI, atendendo aos oito elementos de conteúdo, aos seis capitais organizacionais e a quatro dos sete princípios básicos propostos. O Conselho apresenta um histórico eficiente na publicação de relatórios de sustentabilidade, cabendo a ele agora a responsabilidade de aprimorar os princípios básicos da materialidade, confiabilidade e completude e da conectividade de informações, buscando integrar os dados da divulgação voluntária com os dos *disclosures* obrigatórios.

O trabalho contribuiu para a sociedade ao averiguar o comportamento do CFC quanto a forma de divulgação de informações de cunho socioambiental. Para o Conselho, apresentou contribuição significativa ao analisar a aproximação das informações disponibilizadas no BS com a estrutura moderna do Relato Integrado.

Tem-se como limitação da pesquisa a ausência da divulgação pelo CFC dos relatórios de gestão dos períodos de 2005 a 2008. A pesquisa também foi limitada pela não divulgação do BS do CFC referente ao ano de 2014, em que poderia ter sido apresentado um maior nível de aderência em relação a estrutura conceitual proposta pelo IIRC para o Relato Integrado.

Como perspectiva de continuidade e desdobramento do trabalho, sugere-se aplicar o estudo da aderência da estrutura conceitual do RI nos Balanços Socioambientais dos Conselhos Regionais de Contabilidade, de forma a averiguar a qualidade e integridade das informações evidenciadas.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Ana Cristina; ZARO, Elise S.; VAN BELLEN, Hans M.; VICENTE, Ernesto F. R.; LUIZ, Guilherme. **Governança Corporativa na estrutura conceitual do Relato Integrado: divulgações das empresas brasileiras participantes do projeto piloto do IIRC**. In: IV Csesar South America, 2015. Bahia – Jun. 2015.

ACCOUNTING FOR SUSTAINABILITY (A4S). **A4S reporting guides and examples**. Disponível em: <<http://www.accountingforsustainability.org/connected-reporting/connected-reporting-a-how-to-guide>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BECK, C., CAMPBELL, D. SHRIVES, P. **Content analysis in environmental reporting research: enrichment and rehearsal of the method in a British-German context**. British Accounting Review, vol. 3, n.42, p. 207-222, 2010.

BRANCO, Manuel Castelo; RODRIGUES, Lúcia Lima. **Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: a legitimacy theory perspective**. Corporate Communications: An International Journal, v. 11, n. 3, p. 232-248, 2006.

BRASIL, Lei nº 11.160, de 2 de agosto de 2005. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11160.htm. >. Acesso em: 15 out. 2015.

CARVALHO, L.N.; KASSAI, J. R. Relato Integrado: a próxima revolução contábil. **Revista Fipecafi**, São Paulo, v. 1, p. 21-34, ago. 2014.

CLARKSON, Max B. E. **A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance**. The Academy of Management Review, v. 20, n. 1, p. 92-117, Jan 1995.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Portal de transparência e acesso à informação**. Disponível em: <<http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx> >. Acesso em: 15 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Balanco Socioambiental 2005**. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/coordenadorias/administrativa/balanco_social/balanco.php?id=1205>. Acesso em: 19 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Balanco Socioambiental 2007**. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/Balanco_socialCFC2007.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

CZESNAT, O. Aline; MACHADO, N. Denise Del Prá. Legitimação na evidenciação de informações socioambientais entre as empresas de telecomunicações listadas na Bovespa. **Revista Base** (Administração e Contabilidade) da UNISINOS, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 3, p. 291-305, jul./set. 2012.

DE LUCA, Marcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB.** São Paulo: Atlas, 1998.

DIAS FILHO, José Maria. A pesquisa qualitativa sob a perspectiva da Teoria da Legitimidade: uma alternativa para explicar e predizer políticas de evidenciação contábil. **Revista Interface**, Rio Grande do Norte, v. 9, n. 1, jan./jun. 2012.

ERNST & YOUNG. **Relato Integrado: pensamento, estratégia e valor compartilhado.** Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Relato_Integrado_2014/\\$FILE/RelatoIntegrado_WEB.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Relato_Integrado_2014/$FILE/RelatoIntegrado_WEB.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2015.

EUGÊNIO, Teresa. Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a Teoria da Legitimidade. **Revista Universo Contábil**, Santa Catarina, v. 6, n. 1, p. 102-118, jan./mar. 2010.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach.** Massachusetts: Pitman, 1984.

FREIRE, S. Fátima; SILVA, T. César Augusto. **Balanco Social: teoria e prática.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2001.

GRAY, R.; OWEN, D.; ADAMS, C. **Some Theories for Social Accounting? A review essay and tentative pedagogic categorisation of theorisations around social accounting.** *Advances in Environmental Management and Accounting*, vol.4, p. 1-54, 2010.

Global Reporting Initiative – GRI. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 15 out. 2015.

HYBELS, R. C. **On Legitimacy, Legitimation, and Organizations: a critical review and integrative theoretical model.** *Academy of Management Proceedings*, v. 1, p. 241-245, 1995.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). **Consultation Draft of the International <IR> Framework.** 2013. Disponível em: <<http://www.theiirc.org/wpcontent/uploads/2013/06/Consultation-Draft-of-the-InternationalIRFramework-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

IIRC - International Integrated Reporting Council. Disponível em: <<http://www.theiirc.org/international-ir-framework>>. Acesso em: 28 out. 2015.

LINDBLOM, C. **The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure.** In: *Critical Perspectives on Accounting Conference*, New York, NY, 1994.

KIN, Cláudia; CAMPOS JR., José Júlio F.; KASSAI, José Roberto; CARVALHO, Luis Nelson. **Relato Integrado: estudo de caso da AES Brasil.** In: *IV Csesar South America*, 2015. Bahia – Jun. 2015.

LOUETTE, Anne. **Compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental.** 1ª ed. São Paulo: Editora WHH, 2008.

LOZANO, R. HUISINGH, D. Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, v.19, p.99-107. 2011.